

PLANO DE APRENDIZAGEM

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:			
Curso: Bacharelado em Direito			
Disciplina: Direito Processual Constitucional			Código:
Professor: Pós-Doutor Jadson Correia de Oliveira		E-mail: jadson@unirios.edu.br	
CH Teórica: 40H	CH Prática:	CH Total: 40h	Créditos: 02
Pré-requisito(s):			
Período: 7º		Período Letivo: 2021.1	

2. EMENTA:

Processo e Constituição. Os princípios processuais Constitucionais. Direito individual homogêneo, difuso e coletivo. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais: mandado de segurança, mandado de injunção, habeas-corpus, habeas-data. Ação popular. Ação civil pública. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O efeito vinculante da súmula da jurisprudência predominante nos tribunais.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA DISCIPLINA:

- Desenvolvimento da capacidade de atuação individual e coletiva;
- Desenvolvimento de aptidão para leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Desenvolvimento de capacidade para reflexões e discussões nos moldes do diálogo ordenado professor-aluno e aluno-professor;
- Capacidade de elaborar textos e documentos de natureza jurídica e desenvolver a oratória com base na doutrina e jurisprudência.

4. OBJETIVO GERAL DA APRENDIZAGEM:

Possibilitar meios que permitam ao discente compreender a inter-relação existente entre a Constituição Federal e o Processo, de maneira a extrair daí o chamado Direito Processual Constitucional, viabilizando a identificação de suas principais características e apresentando-o como instrumento de regulação e pacificação social, através da efetivação dos direitos fundamentais.

5. CONTEÚDOS:

CONTEÚDOS PRESENCIAIS CONECTADO (40 Horas Aulas)

1. Direito processual constitucional. Jurisdição, processo, ação e defesa. Princípios constitucionais sobre o processo. Jurisdição constitucional.
2. Remédios constitucionais. Direitos fundamentais: conceito e características. Evolução histórica dos direitos fundamentais. Gerações de direitos fundamentais. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais. Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais. Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais. Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais.
3. Habeas corpus. Hipóteses de cabimento do habeas corpus. Hipóteses em que não cabe o habeas corpus. Modalidades de habeas corpus. Legitimação ativa e passiva do habeas corpus. Competência em matéria de habeas corpus.
4. Habeas data. Hipóteses de cabimento do habeas data. Legitimação ativa e passiva do habeas data. Competência em sede de habeas data. Principais regras procedimentais do habeas data.
5. Mandado de segurança individual. Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual. Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual. Competência em sede de mandado de segurança individual. O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento. Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual.
6. Mandado de segurança coletivo. Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo. Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo. As espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo.
7. Mandado de injunção. Hipóteses de cabimento do mandado de injunção. Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção. Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção. Competência em relação ao mandado de injunção. Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção. Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
8. Ação popular. Hipóteses de cabimento da ação popular. Legitimação ativa e passiva da ação popular. Competências em sede de ação popular. Principais regras procedimentais da ação popular.
9. Ação civil pública. Hipóteses de cabimento da ação civil pública. Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública. Legitimação ativa e passiva da ação civil pública. Competência em sede de ação civil pública. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. Fundo de reparação de danos. Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado. Demais regras procedimentais da ação civil pública.
10. Controle de constitucionalidade. Conceito e pressupostos. Objeto. Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco. Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil.

11. Controle difuso no Brasil. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso. O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso. Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil. O recurso extraordinário. Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal.
12. Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn). Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica. A figura do *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica. Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica.
13. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON). Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade. Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade. O *amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade. Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade.
14. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão. O *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Principais regras procedimentais sobre a ADI por omissão.
15. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Parâmetro de controle da ADPF. Objeto da ADPF. Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental. Principais regras procedimentais da ADPF. Da interpretação conforme a Constituição. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa como princípio educativo. A disciplina terá conteúdos e atividades disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a promover aprendizagem significativa e colaborativa. A aprendizagem dos conteúdos é baseada em metodologias que inserem o aluno em situações do seu cotidiano como profissional. A aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem por equipes e a instrução por pares (peer instruction) por serem comprovadamente as formas mais eficazes de desenvolvimento de competências. Será adotado o modelo de sala de aula invertida, de acordo com o próprio ritmo do ambiente virtual e adaptação do acadêmico as metodologias e conteúdo, com resolução de problemas e execução de projetos. O conhecimento prima pela aprendizagem adaptativa, com o conteúdo trabalhado em uma plataforma de aprendizagem que permite a inserção de novos elementos de aprendizagem, e considerando os cenários de evolução individuais e coletivos. A solução personalizada otimiza o tempo de estudo do acadêmico e eleva seus índices de aprendizagem. Partindo do princípio da utilização da sala de aula invertida, auto estudo e

resolução de problemas, a metodologia poderá ser utilizada tanto no PRESENCIAL CONECTADO quanto no PRESENCIAL, podendo ainda ser aplicada na modelagem híbrida, em que é considerada a mesclagem entre os dois modelos.

7. RECURSOS DE ENSINO:

- Plataforma Virtual (agendar) Sala Configuração Flexível Laboratórios
- Práticas em campo Kit Multimídia Outros (informar)

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

AVALIAÇÃO:

1ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

- a) Avaliação escrita, individual; valor: 10,0 (dez) pontos;

2ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

- a) Avaliação escrita, individual, com valor de 10,0 (dez) pontos.
- a) **2ª. CHAMADA:** Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez);
- b) **PROVA FINAL:** Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez);

OBS: As datas poderão sofrer alterações de acordo como disciplinado pela Secretaria Acadêmica da IES UniRios.

9. ATENDIMENTO EXTRA-CLASSE:

Conforme prévio acordo com o Professor.

10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2001.

DANTAS, Paulo. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2012.

CORREA, Marcus Orione. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria geral do Estado**. 21 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

11. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição**. Lisboa: Almedina, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial da constitucionalidade das leis no direito comparado**. Porto Alegre: Fabris, 1984.

DIMOULIS, Dimitri. **Curso de Processo Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. São Paulo: RCS, 2002.

MEDINA, Paulo R. de Gouvea. **Direito Processual Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense: 2002.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as atividades desenvolvidas serão devidamente orientadas pelo Professor. A programação das aulas corresponde a prévio cronograma carga horária da disciplina.